

RENATO SANTOS GONÇALVES

Medidas de segurança no Brasil

**a perspectiva bioética
dos Direitos Humanos
dos Pacientes**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Lista de Siglas	XV
Prefácio	XVII
1 Introdução	1
2 Medidas de Segurança	15
2.1 Medidas de Segurança no Brasil	15
2.1.1 Delimitação conceitual	17
2.1.2 Requisitos das medidas de segurança no Brasil	18
2.1.3 Procedimento de aplicação das medidas de segurança	20
2.1.4 Modalidades de medidas de segurança.....	21
2.1.4.1 Internação	22
2.1.4.2 Tratamento ambulatorial.....	24
2.1.5 Locais de Internação e Tratamento	25
2.2 Medidas de segurança: a experiência internacional	25
2.2.1 Alemanha	26
2.2.2 Espanha.....	27
2.2.3 Inglaterra e País de Gales.....	29
2.2.4 Itália	31
2.2.5 Portugal.....	33
2.2.6 Holanda.....	34
2.2.7 França	36
2.3 Possibilidades para as medidas de segurança no Brasil a partir da experiência internacional.....	37
3 Reforma Psiquiátrica no Brasil e Medidas de Segurança	41
3.1 O precedente da Reforma Sanitária	41
3.2 A luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica	44
3.1.1 A lei da Reforma Psiquiátrica brasileira e seu novo modelo de internações	48

3.1.2 Rede de Atenção Psicossocial	50
3.2 Dissonância entre a Lei Penal e a Reforma Psiquiátrica	53
3.3 Periculosidade e Direitos Humanos.....	54
4 Bioética baseada nos Direitos Humanos aplicada às medidas de segurança.....	61
4.1 Direitos Humanos: delimitação conceitual	61
4.2 Direitos Humanos e Bioética: uma perspectiva de integração	63
4.2.1 Dignidade Humana	67
4.2.2 Vulnerabilidade.....	71
4.3 Bioética baseada em Direitos Humanos, Saúde Mental e Medidas de segurança	74
5 Referencial teórico-normativo dos Direitos Humanos aplicado às Medidas de Segurança: a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)	79
5.1 Comentários Gerais do Comitê DPD	87
5.1.1 Comentário Geral nº 1	88
5.1.2 Comentário Geral nº 5.....	94
5.1.3 Comentário Geral nº 6.....	95
5.2 Diretrizes sobre o artigo 14 da CDPD	96
5.3 Iniciativa <i>Quality Rights</i>	102
5.4 Panorama atual após a CDPD e o <i>Quality Rights</i>	104
6. Direitos Humanos dos Pacientes e Medidas de Segurança: uma aproximação necessária.....	109
6.1 Direito à vida	119
6.2 Direito à Saúde	120
6.3 Direito ao respeito pela vida privada	124
6.4 Direito à informação	126
6.5 Direito de não ser discriminado (a)	130
6.6 Direito a não ser submetido (a) a tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes	132
6.7 Direito à liberdade e à segurança pessoal	134
6.8 Alternativas às medidas de segurança no Brasil	140

6.8.1 diálogo Aberto (DA)	141
6.8.2 Análise colaborativa de Riscos (ACR)	144
6.9 Resolução 487/2023 e os DHP: Possibilidades e perspectivas	146
7 Considerações Finais	163
Referências Bibliográficas	169